ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 18h, os integrantes do Conselho Municipal de Habitação (CMH) reuniram-se virtualmente, pelo aplicativo Google Meet, em reunião ordinária, para a discussão dos seguintes pontos de pauta: 1) Proposta da LOA – Lei Orçamentária Anual relacionada ao Fundo Municipal de Habitação Popular, para deliberação; e 2) Assuntos Gerais de Interesse do Conselho. Verificado o quórum necessário para a instauração da reunião o Presidente José Adeilson Colares, deu boas-vindas aos presentes e declarou aberta a reunião. Passou a palavra à Karla Maria Vilas Marques, Chefe da Divisão de Planejamento - DVPL-UB, para apresentação do primeiro ponto da pauta “Proposta da LOA – Lei Orçamentária Anual relacionada ao Fundo Municipal de Habitação Popular, para deliberação”. Karla se apresentou aos novos conselheiros e informou que a matéria já havia sido discutida de forma mais detalhada na reunião conjunta das Câmaras Técnicas realizada na terça-feira anterior. Explicou que o PPAG é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, elaborado para o período de quatro anos e revisto anualmente; que a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO estabelece as regras, metas e prioridades de cada exercício; e que a Lei Orçamentária Anual - LOA detalha as despesas e os recursos necessários à execução das ações durante um ano. Acrescentou que a revisão em análise daria origem à proposta da LOA de 2027 e à atualização das previsões do PPAG para 2028 e 2029. Karla ressaltou que o documento submetido ao Conselho constituía uma proposta orçamentária preliminar. Após a deliberação do CMH, tal proposta ainda seria analisada em conjunto com as propostas dos demais órgãos municipais, para compatibilização entre receitas e despesas, antes do encaminhamento do projeto de lei à Câmara Municipal. Esclareceu que o prazo para elaboração e deliberação era reduzido porque a consolidação das informações e as orientações gerais do Município ocorriam durante o mês de julho. Em relação à estrutura do PPAG, explicou que os programas correspondem às áreas gerais de atuação e integram planejamento, orçamento e gestão; que as ações são subdivisões dos programas nas quais se detalham as despesas e os resultados pretendidos; e que as subações desdobram as ações e contêm as metas físicas e os recursos financeiros correspondentes. Destacou que os Programas 225 - Intervenção em Assentamentos de Interesse Social e 226 - Provisão Habitacional concentram as principais ações do FMHP

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

e estão sido estruturados de forma compatível com os programas da Política Municipal de Habitação definidos na Resolução CMH nº LII. Na sequência, apresentou os demais programas com interface direta com a Política Municipal de Habitação. Informou que o Programa 305 - Moderniza Mobilidade - Transformador abrange as intervenções relacionadas ao BRT Amazonas, inclusive remoções e reassentamentos necessários à implantação de estação nas proximidades do encontro das avenidas Amazonas e Tereza Cristina; que o Programa 309 - Projeto Transformador Proteção à População em Situação de Rua inclui o atendimento por Bolsa Moradia e Locação Social; e que o Programa 311 - Novo Anel Rodoviário contempla ações habitacionais necessárias às intervenções no trecho sob responsabilidade municipal. Acrescentou que o Programa 318 - Projeto Transformador Revitalização de Vilas e Favelas, também denominado Nossa Vila, compreende, entre outras atividades, a implantação dos Centros de Referência Urbana - CREURBs, a regularização fundiária do Aglomerado Santa Lúcia e as intervenções do Novo PAC/Periferia Viva nas ocupações Helena Greco e Rosa Leão, na região da Izidora. Karla informou, ainda, que o Programa 62 - Gestão do Sistema Viário Municipal envolve as ações da Via 710, para cuja abertura haviam sido removidas famílias que permaneciam no Bolsa Moradia enquanto são elaborados projetos de unidades habitacionais destinadas ao reassentamento. Quanto ao Programa 66 - Saneamento e Tratamento de Fundos de Vale, destacou as intervenções no Ribeirão do Onça e nas áreas sujeitas a inundações, com previsão de reassentamentos e indenizações, bem como o Drenurbs II, voltado à recuperação ambiental e à remoção de famílias situadas em áreas de inundação, mediante recursos cuja captação envolve o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Ao apresentar o mapa de ações, Karla destacou a Ação 1207 - Produção e Aquisição Habitacional; a Ação 2792 - Bolsa Moradia/Locação Social; a Ação 1403 - Empreendimentos do Orçamento Participativo; a Ação 1399 - Intervenções de Mitigação de Riscos em Encostas; e a Ação 1231 - Urbanização e Regularização em Assentamentos de Interesse Social, que reúne regularização fundiária, Programa Estrutural em Áreas de Risco - PEAR, planos, projetos e outras atividades. Explicou que a Ação 1397 - Assistência e Assessoria Técnica figura tanto no Programa 225, especialmente para melhorias habitacionais e intervenções em assentamentos, quanto no Programa 226, na modalidade de provisão habitacional. Citou também a Ação 2959 - Requalificação de Vilas e Favelas e as ações relacionadas ao saneamento, ao Drenurbs II, à Via 710 e ao Novo Anel Rodoviário. Em seguida, apresentou as diretrizes gerais da revisão: alinhamento ao Plano de Metas da Gestão

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

2025-2028; incorporação das deliberações dos conselhos municipais; foco em resultados; otimização dos programas; monitoramento intensivo dos Projetos Transformadores; regionalização das metas físicas; compatibilidade entre gastos, receitas e limites de custeio; e atualização dos indicadores e metas para 2027, 2028 e 2029. Passando às receitas, Karla explicou que os ingressos próprios do FMHP não eram suficientes para financiar todas as despesas da Política Municipal de Habitação, razão pela qual o Fundo também depende de recursos do Tesouro Municipal, de transferências e de financiamentos captados junto à União e a organismos internacionais, como o Banco Mundial e o BID. Para 2027, informou a previsão de R$ 31.600.709,19 (trinta e um milhões, seiscentos mil, setecentos e nove reais e dezenove centavos) provenientes da Outorga Onerosa do Direito de Construir; R$ 1.684.217,28 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dezessete reais e vinte e oito centavos) da Outorga Centralidades; R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) da alienação ou venda de imóveis; e R$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais) do retorno dos financiamentos do Orçamento Participativo da Habitação - OPH. Esclareceu que 100% (cem por cento) da outorga geral são destinados ao FMHP, enquanto 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos da Outorga Centralidades ingressam no Fundo e têm aplicação vinculada à produção de unidades habitacionais nas centralidades. Essas quatro receitas totalizam R$ 37.974.926,47 (trinta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta e sete centavos) em 2027, com previsões de R$ 42.893.466,19 (quarenta e dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos) em 2028 e R$ 46.219.080,50 (quarenta e seis milhões, duzentos e dezenove mil e oitenta reais e cinquenta centavos) em 2029. Karla informou que a média anual dos valores efetivamente liquidados pelo FMHP nos cinco exercícios completos anteriores havia sido de aproximadamente R$ 93.026.285,00 (noventa e três milhões, vinte e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais). Observou que a proposta para 2027 é significativamente superior à média histórica em razão do conjunto de atividades que devem começar ou ganhar escala no exercício e das captações de recursos vinculados previstas, embora nem todos esses recursos necessariamente venham a ingressar em tempo hábil para execução no mesmo ano. Para 2027, o orçamento total proposto para a Unidade Orçamentária 2704 é de R$ 347.834.584,00 (trezentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), sendo R$ 166.400.434,00 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentos mil, quatrocentos e trinta e quatro reais) de Recursos Ordinários

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

do Tesouro - ROT e R$ 181.434.150,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta reais) de recursos vinculados. Entre os recursos municipais, mencionou as dotações ordinárias do Tesouro, os recursos do Fundo Municipal de Saneamento decorrentes do convênio com a Copasa, as outorgas e as alienações. Ressaltou novamente que os valores constituíam previsões ainda sujeitas à análise e à compatibilização geral pela Prefeitura. No comparativo entre a LOA de 2026 e a proposta de 2027, Karla esclareceu que a dotação aprovada na LOA não significa a imediata disponibilidade integral dos recursos, que são liberados gradualmente conforme o ingresso das receitas. Informou que a previsão para obras passa de aproximadamente R$ 145.800.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões e oitocentos mil reais) para R$ 153.500.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e quinhentos mil reais); e que a previsão para indenizações aumenta de aproximadamente R$ 31.100.000,00 (trinta e um milhões e cem mil reais) para R$ 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais), principalmente em razão do Drenurbs II e do BRT Amazonas. A previsão anual de aportes ao Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV passa de aproximadamente R$ 63.700.000,00 (sessenta e três milhões e setecentos mil reais), em 2026, para R$ 44.400.000,00 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais), em 2027; contudo, estão previstos aproximadamente R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) em aportes no conjunto dos exercícios de 2027 a 2029. Sobre os aportes, explicou que o teto federal destinado à construção de cada unidade habitacional frequentemente não é suficiente para viabilizar os empreendimentos nas grandes cidades. Por isso, além de disponibilizar terrenos públicos, o Município de Belo Horizonte complementa os recursos e deposita o aporte em conta específica de cada empreendimento contratado, da qual os valores são liberados conforme a evolução das obras. Destacou também o aumento dos recursos para projetos, planos, apoio técnico e trabalho social e informou que os valores do Bolsa Moradia e da Locação Social permanecem próximos aos do exercício anterior. Karla esclareceu que a compra compartilhada constitui alternativa para famílias que não conseguissem acessar a Faixa 1 do MCMV, funcionando como contribuição municipal destinada a reduzir o valor a ser financiado e, consequentemente, as prestações. Acrescentou que parte das unidades do MCMV irá atender famílias removidas de suas moradias e mantidas no Bolsa Moradia à espera de reassentamento. Nesses casos, em observância ao princípio de reposição da moradia, a Prefeitura assumirá o pagamento das prestações do financiamento. Informou que a categoria “Outros/Apoios” abrange despesas administrativas, sistemas, veículos e atividades necessárias às vistorias e ao

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

funcionamento do Fundo. Quanto à distribuição por programas, destacou os maiores valores destinados aos Programas 225 - Intervenção em Assentamentos de Interesse Social e 226 - Provisão Habitacional, bem como ao Programa 66, em razão do Drenurbs II, e ao Programa 318, especialmente pelas intervenções estruturantes nas ocupações Rosa Leão e Helena Greco. Explicou que, nos empreendimentos executados em parceria com a Sudecap, a atuação do FMHP abrange principalmente o trabalho social, o Bolsa Moradia, as indenizações e os reassentamentos vinculados ao BRT Amazonas, à Cabana/Banco Mundial, ao Drenurbs II, à Via 710, ao Novo Anel Rodoviário e a outras obras da Superintendência. Entre as alocações diretamente relacionadas ao Fundo, Karla mencionou aproximadamente R$ 81.900.000,00 (oitenta e um milhões e novecentos mil reais) para obras de encostas e PEAR; R$ 61.800.000,00 (sessenta e um milhões e oitocentos mil reais) para MCMV, compra compartilhada e auxílios; R$ 50.400.000,00 (cinquenta milhões e quatrocentos mil reais) para os Projetos Transformadores; R$ 22.600.000,00 (vinte e dois milhões e seiscentos mil reais) para Vila Viva e Periferia Viva; R$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais) para apoio administrativo, consultorias e sistemas; e R$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais) para regularização fundiária, incluindo despesas cartorárias e consultorias, sem prejuízo das atividades executadas pelas equipes próprias da Urbel. Citou, ainda, aproximadamente R$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais) para planos, projetos e atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS; R$ 14.300.000,00 (quatorze milhões e trezentos mil reais) para empreendimentos e planos do Orçamento Participativo; R$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) para Assistência e Assessoria Técnica; R$ 9.700.000,00 (nove milhões e setecentos mil reais) para obras diversas, demolições e cercamentos; R$ 11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil reais) para manutenção de vilas e conjuntos; e R$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais) para Bolsa Moradia, Locação Social e PRAC. Em relação ao custeio, Karla explicou que nele se enquadram as despesas administrativas e continuadas, diferentemente dos investimentos em obras, trabalho social, indenizações, projetos e planos. A proposta contempla apoio administrativo, veículos, eventos, pagamento de prestações do MCMV assumidas pelo Município, Bolsa Moradia, compra compartilhada, Locação Social, Morada Segura, Projetos Transformadores, manutenção dos CREURBs, despesas cartorárias de regularização fundiária e sistemas utilizados pelo Fundo e pelas áreas de risco. Esclareceu que são abertas rubricas com valores reduzidos mesmo quando ainda não há recurso específico confirmado, a fim de permitir futura

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

suplementação ou remanejamento. Informou que o limite de custeio estabelecido pelo Município para 2027, após acréscimo de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), é de R$ 18.237.591,00 (dezoito milhões, duzentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais). Excluídos os R$ 8.806.000,00 (oito milhões, oitocentos e seis mil reais) autorizados separadamente para o Projeto Transformador Proteção à População em Situação de Rua, a proposta de custeio permanece dentro desse limite. Ao apresentar as principais metas físicas para 2027, Karla informou que o Programa 66 prevê 10.000 (dez mil) participantes em ações sociais de drenagem e 5.000 (cinco mil) participantes em ações do Drenurbs II. No Programa 225, estão previstas a regularização de 7.280 (sete mil duzentos e oitenta) domicílios em assentamentos de interesse social e de 416 (quatrocentas e dezesseis) unidades em conjuntos habitacionais; a execução de 60 (sessenta) obras de contenção de encostas; a conclusão de 16 (dezesseis) empreendimentos do Orçamento Participativo; e o atendimento de 495 (quatrocentas e noventa e cinco) famílias pela Assistência e Assessoria Técnica. Observou que essa última meta não inclui todas as vistorias e orientações prestadas por outras equipes, especialmente pelo PEAR, cujo atendimento pode alcançar aproximadamente 900 (novecentas) famílias no ano. No Programa 226, estão previstas a conclusão de 1.630 (mil seiscentas e trinta) unidades habitacionais destinadas ao déficit habitacional; a contratação de 4.064 (quatro mil e sessenta e quatro) unidades da Faixa 1 do MCMV; a aquisição de imóveis em benefício de 50 (cinquenta) famílias; o atendimento de 456 (quatrocentas e cinquenta e seis) famílias pela Assistência e Assessoria Técnica; e, no mês de maior atendimento, 4.294 (quatro mil duzentas e noventa e quatro) famílias beneficiárias do Bolsa Moradia ou da Locação Social. Para o Programa 309, estima-se o atendimento de 1.510 (mil quinhentas e dez) famílias em situação de rua pelo Bolsa Moradia. No Programa 318, estão previstas 5.700 (cinco mil e setecentas) famílias atendidas na região da Izidora, 340 (trezentos e quarenta) participantes em ações de formação de lideranças e a implantação de 2 (dois) CREURBs. Encerrada a apresentação, Karla informou que seria encaminhado aos conselheiros o material detalhado apresentado anteriormente à Câmara Técnica e reiterou a disponibilidade da equipe para esclarecimentos. O Presidente do Conselho, José Adeilson Colares, agradeceu a apresentação e abriu a palavra aos participantes. A conselheira Dulce Maria Magalhães Pereira elogiou a exposição e solicitou o envio do arquivo apresentado, ao que Karla respondeu que ele seria disponibilizado. Em seguida, o participante Guilherme Evangelista de Souza perguntou se seria considerada a sugestão encaminhada por e-

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

mail por Sibeli Nayara Ramos a respeito da proposta orçamentária. Karla informou que as sugestões poderiam ser apresentadas e que aquelas enviadas antecipadamente haviam sido solicitadas para permitir sua análise antes da reunião. O Secretário Executivo, Flaviano Luiz Milagres Araújo, esclareceu que havia encaminhado a mensagem à equipe da Urbel e que, em sua avaliação, o conteúdo estava mais diretamente relacionado à futura abertura do cadastro habitacional local e aos critérios de seleção dos beneficiários, embora possuísse reflexos orçamentários indiretos. Karla explicou que o orçamento contém dotações ou rubricas suficientemente abrangentes para permitir, observadas as regras e autorizações municipais, o remanejamento de recursos para atividades não previstas inicialmente, como a contratação de empresa para um novo cadastro habitacional ou a execução de obra emergencial. Guilherme esclareceu que a sugestão buscava assegurar o acolhimento de núcleos familiares com vulnerabilidades e prioridades legalmente reconhecidas, mas que não estivessem inseridos no OPH, em reassentamentos ou no Bolsa Moradia, como seria o caso da família representada por ele. Flaviano respondeu que a forma de abertura do cadastro e os critérios de seleção do público seriam discutidos em breve pelo Conselho. Acrescentou que o orçamento prioriza a ampliação da oferta de moradias, especialmente pelo MCMV, enquanto a definição de quem seria atendido depende da discussão específica sobre seleção e cadastro. A conselheira Dulce Maria Magalhães Pereira perguntou como vinha sendo implantada a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS em Belo Horizonte. Karla passou a palavra a Rossana Cristina dos Reis Lara, chefe da Divisão de Assistência e Assessoria Técnica - DVAT-UB. Rossana reconheceu que a demanda é superior a atual disponibilidade de recursos disponíveis, mas informou que a Empresa busca ampliar gradualmente a política de acordo com sua capacidade técnica e operacional. Destacou a gestão de parcerias financiadas por emendas parlamentares, inclusive projetos com o Instituto de Assessoria de Mulheres e Integração - IAMI e com outra em processo de formalização com a Associação Mineira de Apoio e Garantia de Direitos - AMAD, como oportunidades para ampliar os investimentos em melhorias habitacionais. Rossana ressaltou que a captação dos recursos representa apenas uma etapa, pois as parcerias exigiam planejamento, análise técnica, elaboração de instrumentos, acompanhamento, fiscalização, monitoramento e prestação de contas. Informou que estava sendo estruturado o primeiro edital para contratação de serviços de melhoria habitacional, inicialmente direcionado ao passivo de famílias removidas em razão de risco construtivo ou de obras realizadas pela Urbel. Esclareceu que a política

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

não se limita à execução de obras: a equipe também presta assessoria direta por meio de vistorias, relatórios, orientações sobre habitabilidade e, quando cabível, estudos simplificados de soluções técnicas. Acrescentou que, desde a regulamentação da linha programática em 2022, a Divisão vem consolidando seus fluxos e ampliando sua equipe, inicialmente formada por uma arquiteta e dois engenheiros e posteriormente reforçada por mais um arquiteto. A conselheira Izabela Naves Coelho Teobaldo, representante das instituições de ensino superior pela Escola Superior Dom Helder Câmara, perguntou onde os novos conselheiros poderiam consultar informações mais detalhadas sobre os programas e a legislação mencionada. Karla sugeriu que fossem disponibilizados a Resolução CMH nº 52 e o Relatório de Gestão da Política Municipal de Habitação, documento que reúne informações sobre os programas, o desempenho financeiro e os resultados históricos. Flaviano informou que irá organizar uma pasta compartilhada, incluir esses documentos e enviá-la novamente aos conselheiros e convidados. A Diretora Jurídica da Urbel, Glória Consuelo Coelho de Paiva, acrescentou que a legislação, as normas do Conselho e as informações dos programas também estão disponíveis nos sítios eletrônicos da Urbel e da Prefeitura, em observância à transparência e à Lei de Acesso à Informação. Flaviano informou que o sítio eletrônico do CMH reúne as resoluções, atas e composição atualizada do Conselho. Esclareceu, ainda, que não havia sido submetida ata à aprovação naquela reunião porque a reunião anterior ocorrera na semana precedente e ele entrara em férias no dia seguinte, de modo que as duas atas possivelmente seriam apreciadas nas reuniões seguintes. O conselheiro Jansey Valdez de Lima perguntou como se daria a porta de entrada para a assistência técnica individual, considerando a dificuldade de acesso percebida nos territórios, a reduzida dimensão da equipe e a necessidade de conhecer a demanda espontânea de toda a cidade. Indagou se os sistemas de informação e monitoramento previstos no orçamento poderiam apoiar esse cadastramento e se haveria possibilidade de parcerias remuneradas com entidades para ampliar o atendimento individual. Karla respondeu que a política está iniciando uma etapa mais estruturada e que a proposta para 2027 está sendo dimensionada de acordo com a capacidade operacional existente. Considerou desejável sua ampliação progressiva nos exercícios seguintes, mas ponderou que não seria adequado reservar recursos elevados sem capacidade imediata de execução. Informou que já haviam sido abertas dotações para diferentes modalidades de projeto, trabalho social, obras e consultorias, o que permite remanejamentos caso novas parcerias ou contratações sejam viabilizadas, sempre mediante os procedimentos

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

e autorizações cabíveis. Ressaltou que a abertura ampla da porta de entrada pressupõe um programa estruturado e capaz de responder adequadamente ao volume de demandas. Rossana complementou que a Urbel estava estruturando os fluxos e normas antes de abrir o atendimento pelo sitio eletrônico da Prefeitura. Até aquele momento, as solicitações espontâneas vinham sendo recebidas principalmente pelo e-mail da Diretoria de Habitação e por encaminhamentos internos. Informou que as rubricas contemplavam melhorias habitacionais, mitigação de risco construtivo, atendimento ao passivo de famílias removidas, apoio ao MCMV-Entidades e emendas parlamentares vinculadas. Acrescentou que as parcerias eram estratégicas para diversificar fontes de financiamento e que a equipe acompanhava editais e oportunidades de cooperação com instituições públicas, organizações da sociedade civil e universidades. As universidades poderiam contribuir com levantamentos, estudos e outras atividades compatíveis com a atuação acadêmica, desde que articuladas com a Urbel e respeitadas as competências institucionais. Reafirmou que a ampliação da política deveria ocorrer em rede e em compatibilidade com a capacidade de planejamento, gestão e fiscalização, para assegurar entregas efetivas e de qualidade. O conselheiro Júlio Cesar Pereira de Souza disse que havia ingressado na reunião após o início da apresentação e perguntou se os debates seriam registrados e se os conselheiros receberiam o material da pauta e a apresentação. Informou que não havia localizado a convocação em seu e-mail e que recebera o link da reunião pelo WhatsApp após solicitá-lo. Karla respondeu que a proposta seria deliberada naquela reunião e que a apresentação seria encaminhada posteriormente, permanecendo disponível para esclarecimentos. Flaviano informou que a convocação havia sido enviada na quinta-feira anterior e se comprometeu a conferir e atualizar os contatos do conselheiro. Karla esclareceu que o prazo para elaboração da proposta orçamentária era especialmente curto, pois as informações eram consolidadas durante julho e o sistema municipal seria encerrado na semana seguinte; por essa razão, a apresentação muito antecipada poderia conter dados ainda não consolidados. Ressaltou, contudo, que documentos como o Relatório de Gestão são enviados com antecedência maior para permitir análise aprofundada. A participante Itlanandy Simões de Oliveira, servidora da Urbel, confirmou que havia encaminhado o convite naquela manhã e pediu ao conselheiro e pediu que o mesmo confirmasse seu endereço eletrônico. Júlio informou que enviaria o contato correto para atualização. Na sequência a conselheira Maria Edwiges Sobreira Leal fez uso da palavra: ela reconheceu a complexidade da proposta e sugeriu que os conselheiros aprofundassem posteriormente

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

o estudo da LOA e das projeções plurianuais. Manifestou-se favoravelmente à aprovação naquele momento, por entender que a proposta apresentava coerência com o histórico e com as perspectivas futuras. Em seguida, tratou da ATHIS, relatando experiências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e de outros municípios e defendendo que a Urbel exercesse função de coordenação, normatização e controle de qualidade, mobilizando uma rede mais ampla de profissionais, entidades, coletivos e universidades. Maria Edwiges propôs o cadastramento e a qualificação prévia de arquitetos, engenheiros e escritórios, com níveis de habilitação compatíveis com a complexidade dos serviços, para permitir a expansão territorial da assistência técnica. Defendeu também a formação de um banco de projetos que possibilitasse ao Município aproveitar rapidamente futuras oportunidades de financiamento, bem como a remuneração adequada dos profissionais responsáveis pelas melhorias habitacionais. Citou experiências da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB, de Goiânia e de outras localidades, nas quais escritórios e profissionais atuavam diretamente nos territórios ou recebiam lotes delimitados de atendimentos. Ressaltou que as universidades desempenhavam papel relevante, mas pontual, e que a política pública deveria também gerar trabalho e renda para os profissionais formados, muitos dos quais eram oriundos das próprias comunidades. Rossana respondeu que o cadastramento de profissionais está entre as ações previstas e informou que, no início da estruturação da Divisão, em 2022, havia sido realizado levantamento de organizações da sociedade civil atuantes na área. Mencionou contato recente com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA a respeito de engenheiros voluntários e explicou que a equipe também busca parcerias com universidades para atender demandas, inclusive de regularização edilícia. Contudo, os escritórios universitários consultados atuam principalmente em projetos coletivos de extensão e, naquele momento, não realizam levantamentos individualizados de imóveis para instrução de processos de regularização. Colocou-se à disposição para aprofundar a troca de experiências e reconheceu a necessidade de definir mecanismos jurídicos e operacionais para viabilizar a participação dos profissionais. O conselheiro Júlio Cesar Pereira de Souza defendeu que os movimentos populares também fossem considerados parceiros na construção da política de assistência técnica e que o tema seja debatido nos conselhos e junto ao Governo Federal. Relatou dificuldades enfrentadas por entidades e lideranças na execução do MCMV-Entidades, inclusive a ausência de recursos para custear o trabalho continuado de mobilização e acompanhamento desempenhado pelos coordenadores dos movimentos populares.

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

Avaliou que a modalidade deveria ser revista para contemplar as necessidades da assessoria técnica, do trabalho social e das lideranças responsáveis pela organização das famílias. Propôs o aprofundamento do debate e a construção de parcerias entre movimentos populares, poder público e entidades de assistência técnica. O participante Guilherme Evangelista de Souza perguntou quais demandas chegavam ao e-mail da Diretoria de Habitação, quais encaminhamentos eram adotados e quais critérios orientavam o atendimento. Rossana respondeu que predominam solicitações relacionadas à mitigação de risco construtivo, a melhorias de habitabilidade e a acessibilidade. Esclareceu que os pedidos são analisados em conjunto com a equipe social, segundo os critérios de elegibilidade e prioridade definidos no decreto regulamentador. Como ainda não há contrato vigente para execução de obras, a equipe presta principalmente vistorias, orientações e assessoria técnica, enquanto prepara a documentação necessária à contratação. Informou que também são recebidas demandas de conjuntos habitacionais, como trincas, rachaduras e problemas de manutenção, e que vêm sendo priorizados imóveis cuja titulação estava impedida por falta de condições de habitabilidade, famílias removidas por risco construtivo ou por obras e outras situações consideradas emergenciais. Maria Cristina Maciel, Diretora de Habitação da Urbel, acrescentou que a Empresa está organizando os fluxos de atendimento, pois as demandas de assistência técnica alcançam diversas equipes, entre elas as áreas social e de risco. Explicou que, antes de abrir o atendimento para toda a cidade, é necessário concluir essa organização e atender parte do passivo existente, razão pela qual a abertura ampla não deve ocorrer imediatamente. Encerradas as inscrições relativas à proposta, o Presidente José Adeilson Colares colocou a proposta de orçamento em votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Após a votação, José Adeilson agradeceu as contribuições e afirmou que o início da nova gestão do Conselho demonstra disposição para o diálogo e para o aprofundamento das políticas. Reconheceu que a Assistência e Assessoria Técnica ainda se encontra em fase inicial de consolidação, mas afirmou tratar-se de prioridade da Administração e manifestou confiança em seu avanço com as contribuições apresentadas. Reiterou que o material seria encaminhado e que dúvidas adicionais poderiam ser enviadas à equipe. Antes do encerramento, o conselheiro Wander Felipe Pereira solicitou que fosse discutida a situação de famílias indicadas pelos núcleos de moradia às quais estaria sendo exigida a escritura do imóvel em que residiam de favor. Relatou o caso de uma mulher em condição de vulnerabilidade, em recuperação de acidente vascular cerebral, que ocupava

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

dois cômodos no lote da irmã, a qual se recusava a fornecer cópia da escritura. Ponderou que essa exigência poderia impedir o prosseguimento do cadastro de famílias que não eram proprietárias e sugeriu que a Urbel verificasse diretamente a titularidade do imóvel ou realizasse visita e sindicância social. Pediu que o tema fosse tratado também em reunião com os coordenadores dos núcleos de moradia, preferencialmente presencial, em atenção às dificuldades de acesso virtual de alguns participantes. José Adeilson respondeu que não seria necessário aguardar uma reunião futura do Conselho para examinar o caso. Orientou que a família procurasse Carlos, responsável pelo atendimento, e comprometeu-se a conversar com ele no dia seguinte, a fim de esclarecer a finalidade do documento, avaliar a necessidade de visita ou sindicância e verificar se os critérios estavam sendo aplicados corretamente. Wander concordou com o encaminhamento. Não havendo outras manifestações, o Presidente José Adeilson Colares agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Flaviano Luiz Milagres Araújo, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Habitação, lavrei a presente ata, que, após aprovada pelo Plenário, seria por mim assinada e arquivada na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação. Belo Horizonte, 23 de julho de 2026.

PORTAL DA ASSINATURA - Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA - Para validar o documento acesse assinaturadigital.pbh.gov.br

Portal da Assinatura - PBH

13 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasilia, BR

Certificado de assinaturas gerado em sexta-feira, 23 de outubro de 2026 às 11:17

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Ata CMH Extraordinária 23.07.2026.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em sexta-feira, 23 de outubro de 2026 às 11:17
Assinante: FLAVIANO LUIZ MILAGRES ARAUJO Matrícula: UR000806
Hash da assinatura: 671A912E3FA96714E2765AB2A1920350319EF8DA Para validar utilize o QR Code ao lado.